

PALAVRAS DO BRASIL – VOCABULÁRIO E EXPERIÊNCIA HISTÓRICA NO IMPÉRIO DO BRASIL

Aluna: Vera Bastos-Tigre
Orientador: Ilmar Rohloff de Mattos

I – Relatório Técnico – Período: Agosto de 2009 – Julho de 2010

Este texto tem por finalidade descrever as atividades realizadas por mim na pesquisa, ao longo desse ano que se passou. O projeto “Palavras do Brasil – Vocabulário e Experiência Histórica no Império do Brasil” tem uma equipe formada pelo orientador professor Ilmar Rohloff de Mattos e pelas pesquisadoras bolsistas Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack, Beatriz Campos Pantaleão e pela pesquisadora voluntária Vera Bastos-Tigre.

- **Práticas do Grupo**

Em nossa pesquisa mantivemos a prática de encontros em reuniões semanais, realizando leituras e discussões de textos, sob a forma de seminários. Além dos relatórios e fichamentos elaborados a partir dos textos trabalhados, tanto os teóricos (capítulos de livros e artigos de diversos autores) quanto as fontes primárias (material editado e publicado sob a forma de livros e de revistas), elaboramos, também, uma cronologia referente ao período compreendido ente 1808 e 1831, com o objetivo de situar o recorte temporal de nossa pesquisa, 1821 a 1823, no cenário dos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, nas demais províncias do Brasil, em Portugal, na Europa, na América e na África.

A partir dessas atividades foi possível selecionar passagens relevantes para a compreensão dos conceitos de *Nação*, *Soberania*, *Povo*, *Liberdade*, *Independência* e *Felicidade*.

- **Bibliografia Básica**

As **leituras teóricas** realizadas foram:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

- BANDEIRA, Julio e LAGO, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil, obra completa, 1816-1831**. Rio de Janeiro: Capivara Editora Ltda, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da História oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular, história e imagem**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.
- CHARTIER, Michel. **Impérios**. Enciclopédia Einaudi – v.14. Estado – Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- COSTA, Wilma Peres, OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles [org]. **De um Império a Outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FEBVRE, Lucien. **Prólogo a Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FERES JÚNIOR, João. **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- JASMIN, Marcelo Gantus e FERES JÚNIOR, João. *“História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual”*. In: **Marcelo Gantus Jasmin e João Feres Júnior (org.) História dos Conceitos. Debates e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio Edições Loyola : IUPERJ, 2006
- JASMIN, Marcelo, **Lenguajes políticos em el mundo de la acción: historia conceptual y teoría política**. *Prismas. Revista de História Intelectual*, 11, Buenos Aires, Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2007, pp.171-176. Traducción: Ada Solari (ISSN 1666-1508).
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: a contribuição semântica dos tempo históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.134-146.
- LIMA, Valéria. **J.-B. Debret Historiador e Pintor**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- NAVES, Rodrigo. **A forma difícil**. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. **Nação federal ou Nação bi-hemisférica ? O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e o “modelo” colonial português do século XIX**. IN: Almanaque Brasiliense 09, maio 2009, pp 68 ao 83.
- VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1962, vol 2.

As fontes primárias trabalhadas foram:

- BARATA, Cipriano. Sessão de 13 de agosto de 1822. Diário das Cortes Geraes, Extraordinárias, e Constituintes da Nação Portuguesa, Lisboa, 1822.
- COSTA E SILVA, Alberto. *“Cartas de um embaixador de Onim”* In: **Um Rio Chamado Atlântico**.
- DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e História do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965. 4ª Edição.

- FERREIRA, Silvestre Pinheiro. **Ideias Políticas**. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.
- JAUCOURT, Chevalier de. **Despostismo** IN Diderot e D'Almabert, Verbetes Políticos da Enciclopédia. São Paulo: E. UNESP, 2006.
- CIPRO NETO, Pasquale. **Nossa língua em letra e música**. São Paulo: EP&A, 2002
- IPANEMA, Marcello de (org.). **Revérbero Constitucional Fluminense, 1821-1822**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005.
- SALDANHA, José da Natividade, Argos Pernambucano, 1824.
- SOUZA, Octavio Tarquinio. **O pensamento vivo de José Bonifácio**. SP: Livraria Martins, 1944.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. Brasília: MEC/INL, 1972.

II – Relatório Substantivo

- **Introdução**

Durante este período de um ano, tive como principal finalidade analisar algumas pranchas de Debret e relacioná-las com os projetos políticos que estavam sendo elaborados ao longo dos anos de 1821 e 1823 pelos dirigentes do Estado imperial. No momento em questão, impunha-se como necessário defender a causa da independência e da soberania do Brasil, questões essenciais para a construção do Estado imperial e da Nação brasileira.

- **Objetivo**

“Em todas as épocas, aqueles que governaram os povos sempre utilizaram pinturas e estátuas, para melhor inspirar as pessoas com os sentimentos que lhe desejavam dar.”¹

O objeto da análise foram as pranchas referentes aos quadros a óleo da Aclamação e da Coroação de Dom Pedro I, assim como a prancha do Pano de Boca do Real Teatro de São João, confeccionado em comemoração a esses dois eventos ocorridos entre outubro e dezembro de 1822.

O “encontro político” do Príncipe Dom Pedro, do ilustrado José Bonifácio e do pintor francês Jean Baptiste Debret, no início de 1822, foi o entrecruzar de trajetórias individuais que, a partir da busca de um lugar autônomo para o Reino do Brasil no Reino Unido, evoluiu, a partir da Revolução do Porto, para uma proposta de emancipação política, o que pode ser compreendido através da recuperação dos significados atribuídos por esses homens aos conceitos de *Nação, Soberania, Povo, Liberdade, Independência e Felicidade*.

¹ The Chevalier Jacourt, IN: Burke, Peter, **Testemunha Ocular**. p.73.

Compartilhando a noção de brasileiro como aquele que aderira a causa da independência do Brasil, Dom Pedro, José Bonifácio e Debret foram autores de um projeto de Nação brasileira.

Debret ingressa na Academia de Belas Artes de Paris em 1785 e é fortemente influenciado pelo engajamento político-artístico de seu primo e mestre Jean-Louis David, um dos expoentes da escola neoclássica francesa. Com a derrota definitiva de Napoleão em 1815 Debret fica sem encomendas oficiais e sem perspectivas de trabalho, como a grande maioria dos artistas envolvidos com a produção artística da Revolução Francesa e do Império Napoleônico. Aceita, então, participar da Missão Artística Francesa ao Brasil. Fruto de um pedido do Conde da Barca ao Marques de Marialva, então embaixador de Portugal em Paris, a missão foi organizada por Jean Lebreton com a finalidade de fundar a Academia de Belas-Artes no Rio de Janeiro, introduzindo na nova sede do Império português o que havia de mais elevado no campo das artes.

Juntamente com Debret, que vem na qualidade de pintor histórico, chegam à cidade do Rio de Janeiro a bordo do brigue Calpe em março de 1816, Nicolas-Antoine Taunay, pintor de paisagens e cenas históricas; Grandjean de Montigny, arquiteto; Auguste Marie Taunay, escultor; Charles-Simon Pradier, gravador. Havia também outros artistas entre gravadores, medalhistas, escultores, músicos e artesãos como mecânicos, carpinteiros, serralheiros que se juntaram mais tarde ao grupo inicial.

Enquanto a Escola Real de Artes e Ofícios, criada por decreto real em 12 de agosto de 1816, não saía do papel devido a entraves políticos e desentendimentos entre artistas, portugueses americanos, portugueses europeus e franceses, Debret, assim como seus companheiros, se ocupou em atender o desejo da nova Corte em refinar seu modo de vida, com decorações e quadros, mas, principalmente em trabalhar para o Estado, como cenógrafo do Real Teatro de São João, assim como na criação de monumentos comemorativos e na decoração das festas reais, verdadeiras óperas políticas. Como já era de hábito para um artista que trabalhara na Corte napoleônica, as relações entre arte e política iriam novamente marcar sua experiência na realização de obras de cunho histórico. A primeira delas foi a da aclamação de D. João VI, novo monarca do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, posto que sua mãe D. Maria I havia morrido. “(...) o conde da Barca, desejoso de utilizar os artistas franceses, encarregou-os da composição e da execução dos cenários dessa cerimônia.”² Desde então foram chamados a contribuir na montagem dos diversos ‘palcos’, representantes dos grandes episódios políticos do Império. Assim, a praça pública participava e se sobressaía como lugar privilegiado da liturgia do poder, reforçando a celebração do pacto social.

Os quadros por mim analisados são os da Aclamação e da Coroação de D. Pedro I. O primeiro, representando um acontecimento característico da monarquia portuguesa, com a participação principalmente do povo e da tropa na praça pública. O segundo, a formalização

² DEBRET, J. B.. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Tomo II (vol.III), p.111.

do novo pacto político, do novo contrato social, através do juramento, representado com toda pompa e sob a inspiração do quadro da coroação de Napoleão de Jean-Louis David.

O enfoque da análise foi a utilização consciente da imagem como uma ferramenta para a construção do novo Império do Brasil, registrando, a partir de um ponto de vista específico e num determinado momento, a idéia que se desejava transmitida.

E que idéia era esta? Quais eram os propósitos, as intenções de Dom Pedro e de José Bonifácio, patronos do empreendimento – construção do imaginário e dos símbolos do Império do Brasil -, e como Debret, testemunha ocular e historiador, os representou a partir do ideal estético do neoclassicismo, que estava profundamente entranhado em sua formação artística? Nos dois óleos apresentados, o olhar de Debret não foi, portanto, “um ‘olhar inocente’, sem objetivos, livre de qualquer expectativa ou preconceitos de qualquer tipo.”³ Não foi uma mera representação do observado. Testemunhas mudas, as imagens são criadas para comunicar uma mensagem.⁴ Havia um propósito determinado, um ponto de vista a ser retratado, uma mensagem a ser explicitada.

Para quem via no Brasil “um povo ainda na infância”⁵, o projeto intelectual de Debret, assim que chegou com a Missão Francesa, era dar ao Brasil o estatuto de nação civilizada onde o progresso equivaleria à emancipação. Suas imagens do *Desembarque de Dona Leopoldina no Brasil*, ou de *D. João VI no traje da Aclamação* e da *Aclamação de D. João VI* refletem sua preocupação, num primeiro momento, “em fazer resplandecer uma dinastia já sem brilho”⁶, em trazer magnitude à enfraquecida monarquia portuguesa. A decoração suntuosa e pomposa das festas públicas, com a utilização de arcos de triunfos, obeliscos, colunas, estátuas e alegorias, mesmo que feitos em madeira e *papier marché*, também foi muito importante para criar a ambiência de um império.

Da mesma maneira, logo depois do Grito do Ipiranga, era imprescindível que se fortalecesse a imagem da fundação do novo e poderoso império, assim como a imagem de seu soberano. Debret foi incumbido, a pedido do Ministro José Bonifácio e com a aprovação de Dom Pedro, da construção imagética desse novo Império do Brasil. O espetáculo público das festas oficiais que, a partir de 1808, passaram a contar com a presença do próprio rei e de sua corte, se revelou, mais uma vez, uma solução interessante por sua visibilidade, pela agilidade em sua expansão, por ser celebrativo do próprio país, destacando o corpo do rei, seus atributos, seus signos, sua capacidade e possibilidade de instaurar – com anuência do súdito – um contrato que garantisse o governo do país.⁷

³ BURKE, Peter. **Testemunha Ocular, história e imagem**, p.24.

⁴ Idem.

⁵ DEBRET, J.B.. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Tomo II (vol.III), p.5.

⁶ NAVES, Rodrigo. **A Forma difícil**, p.61

⁷ SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo- 1780-1831**.p.208.

A Aclamação, cerimônia característica da monarquia portuguesa, tinha por objetivo a sagração do novo rei e seu reconhecimento pela população. D. Pedro I é aclamado Imperador Constitucional do Brasil no Campo de Santana, na praça pública, seguindo a tradição que ajudava o povo a localizar a figura que encarnava e centralizava a soberania. Debret retrata em óleo o exato momento “em que, após haver D. Pedro aceito o título de Imperador, o presidente do Senado da Câmara Municipal ergue o primeiro viva, a que responde a tropa com salvas de mosquetões e de artilharia.”⁸

A festa da aclamação de D. Pedro, ocorrida em 12 de outubro de 1822, foi repetida inúmeras vezes ao longo dos meses, nas diversas províncias do império. Ela se dava na praça pública, com a participação do povo, das tropas e de representantes das câmaras, diante da imagem de Dom Pedro I, fortalecendo dessa maneira a ligação entre o poder local e o poder central. Essas repetições da teatralização do momento da fundação do Império do Brasil “preenchiam a necessidade de criar, designar e representar uma imagem do Brasil que a todos congregasse e fosse consoante à nova ordem política e ao novo governo.”⁹

A cerimônia de coroação do rei, abolida pela realeza portuguesa desde o desaparecimento de D. Sebastião, em 1578 na batalha de Alcácer Quibir, não foi retratada por Debret, apesar de o quadro ter essa denominação. O momento escolhido pelo pintor, provavelmente sob orientação de seus patronos, foi o momento em que, “D. Pedro, em grande uniforme imperial, com a coroa à cabeça e o cetro na mão, acha-se sentado no trono, recebendo o juramento de fidelidade prestado em nome do povo pelo presidente do senado da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.”¹⁰

Essa escolha enfatizava aos representantes da nobreza, da tropa e do clero, habituados à monarquia absolutista, então reunidos na Capela Real, “a dignidade de um *rei constitucional* e o seu comprometimento com as *adesões*, de onde se originava também sua autoridade.”¹¹ O pacto social entre governante e governados estava sendo celebrado, ainda que oficiado solenemente pela Igreja Católica, ou seja, ainda que fosse mantida a aura sagrada do soberano.

Reforçava, também, a descontinuidade do império português em terras do Brasil, porque, não havia menção aos antepassados de D. Pedro, pelo contrário, o que foi retratado foi a linha sucessória do novo Império do Brasil, representado pela princesa Dona Maria da Glória, quebrando formalmente os vínculos com Portugal e instaurando a dinastia brasileira dos Bragança.

⁸ DEBRET, J.B. Op. Cit. p.270

⁹ SOUZA, Iara Lis Carvalho. Op. Cit. p.269

¹⁰ DEBRET, J.B. Op. Cit. p. 272

¹¹ SOUZA, Iara Lis Carvalho. Op. Cit. p.259

- **Conclusão**

A partir da interpretação das imagens e da análise dos detalhes desses dois quadros é possível fazer uma leitura das estruturas do pensamento político que se desenvolvia naquele período da história do Brasil. Emblemas, alegorias e símbolos testemunham e reforçam as convenções sociais e políticas observadas então. O estilo neoclássico, com sua retórica própria, foi utilizado por Debret como meio de transmitir uma informação e mesmo como meio de persuasão na construção do imagético do novo Império do Brasil associado ao novo conceito de Nação como Estado nacional moderno.